

Anexo 1

INSTALAÇÃO DE RESÍDUOS CLASSIFICADA NA CATEGORIA A

Os documentos técnicos que deverão fazer parte do plano de lavra no que respeita à instalação de resíduos deverão ser os enumerados, nomeadamente:

1. Projecto de execução, exploração e encerramento que inclua os seguintes elementos:

- I. Descrição do local incluindo as suas características geológicas e hidrogeológicas. Planta de localização à escala 1:10 000.
- II. Projecto das construções a efectuar para o estabelecimento da instalação de resíduos, tendo especialmente em conta a estabilidade e impermeabilidade da base de apoio e dos taludes;
- III. Descrição da operação produtora desses resíduos e de quaisquer tratamentos subsequentes a que os mesmos sejam sujeitos;
- IV. Método de correcção das características geomecânicas menos favoráveis;
- V. Sistemas de drenagem de águas pluviais e dos lixiviados e balanço hídrico e formas de controlo e de correcção das características físico-químicas dos efluentes e lixiviados, para reduzir a sua agressividade a níveis aceitáveis;
- VI. Sistema de controlo da infiltração de água devida à permeabilidade da base e taludes da instalação de resíduos;
- VII. Plano de monitorização dos lixiviados (compreende o plano de captação, tratamento e descarga);
- VIII. Planta topográfica e perfis longitudinais e transversais à escala 1:1000;
- IX. Planta e perfis de enchimento da Instalação de Resíduos;
- X. Medidas de minimização do impacto ambiental e de integração paisagística e faseamento de sua aplicação. Forma de integração paisagística final prevista.
- XI. O plano proposto para o encerramento, incluindo a reabilitação, os procedimentos pós-encerramento e as acções de monitorização, nos termos do art.º 13º e os respectivos encargos financeiros.

2. Indicação da pessoa competente para além do director técnico;

3. Política de prevenção de acidentes graves nos termos do nº2 do art.º 15 e de acordo com as especificações do anexo IV, se aplicável;



4. Plano de emergência interno nos termos do art.º 16, se aplicável;
5. Os procedimentos de controlo e monitorização propostos nos termos do n.º 1 do art.º 12º e do art.º 40º, quando aplicável;
6. Plano de gestão de resíduos previsto no art.º 10, incluindo a caracterização dos resíduos de acordo com o anexo III do presente Decreto-lei.
7. Caso a entidade coordenadora considere necessário, poderá solicitar elementos adicionais.